



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140989 - BA (2021/0003062-2)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : **ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS (PRESO)**
ADVOGADOS : **GILDO LOPES PORTO JÚNIOR - BA021351**
: **NATÁLIA BAPTISTA DE OLIVEIRA - BA061090**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**
CORRÉU : **RONIVALDO DA SILVA ARAUJO**
CORRÉU : **JACKSON FELIPE DOS SANTOS**
CORRÉU : **JOALICIO ROCHA DOS SANTOS**
CORRÉU : **JADSON DE JESUS SILVA**
CORRÉU : **RODRIGO ALEXANDRE DE JESUS**
CORRÉU : **ADESSON DA SILVA CHAVES**
CORRÉU : **MARCOS ANDRE BATISTA DA SILVA SANTOS**
CORRÉU : **ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS**

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ROBSON DE OLIVEIRA SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8032159-44.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 5/9/2020, pelo cometimento, em tese, dos crimes tipificados no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal c/c art. 2º, § 2º, da Lei n. 12.850/13.

Sustenta em síntese, ausência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como ausência de contemporaneidade, porquanto o fato delituoso imputado ao recorrente, ocorreu em 2/12/2017.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória/revogação da prisão preventiva, com a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente